



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 23/2015

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM VINTE E UM DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE:-----

-----Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos, eleita pelo PPD/PS e Eng.º. Serafim Paulo Melo de Oliveira. -----

-----Eleitos pelo PS: Dr. Acácio Fonseca Fernandes, Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho nº. 3/2013, de 25 outubro, secretariada pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 7 de outubro de 2015, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

-----Conforme dispõe o nº. 3 do artigo 34º. do Código do Procedimento Administrativo não participaram na votação os Senhores Vereadores Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos eleito pelo PPD/PSD e Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca eleito pelo PS.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artº. 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----

-----Informou ainda da publicação no Diário da República, de 14 de outubro de 2015 do Decreto-Lei nº. 239/2015 – Procede à sexta alteração ao Decreto – Lei nº. 28/2008, de 22 de fevereiro, que estabelece o regime de criação, estruturação e funcionamento dos agrupamentos dos centros de saúde do Centro Nacional de Saúde.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 201 referente ao dia 20 de outubro corrente que, depois de rubricado, se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:-----

4.1.1.-Quadro Plurianual Municipal:-----

-----Foi presente a circular referência 86/2015, de 25/09/2015 da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando que através da circular referência 108/2014/AG remeteu o seu entendimento relativo à elaboração do “Quadro Plurianual Municipal”, previsto na Lei nº. 73/2013, de 3 de Setembro (Lei das Finanças Locais”.-----

-----Assim, não tendo havido qualquer evolução na temática em causa, reafirma o conteúdo inserto na circular então enviada e que informava que considerando que a elaboração do “Quadro Plurianual Municipal”, previsto no artigo 44º. da Lei nº. 73/2013 (Lei de Finanças Locais – LFL), carece de regulamentação estabelecida no artigo 47º. da mesma Lei e que



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

deveria ter sido publicada até de 2014, sendo que, mesmo que fosse publicado nos próximos dias, não permitiria a sua aplicação pelos Municípios no processo de preparação dos documentos previsionais para 2015, em curso.-----

-----Acresce que, nos termos do número 3 do artigo 47º. da LFL, “os limites (a que se refere o número 2 do mesmo artigo) são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento”.-----

-----Ora não podem os Municípios correr o risco de aprovar documentos vinculativos para 2016 cuja regulamentação não existe.-----

-----Por outro lado, a não tipificação de documentos com o conteúdo dos que estão em causa, impedirá a realização de quaisquer análises integradas e sujeitam os Municípios à posterior verificação discricionária do Tribunal de Contas, com os resultados desastrosos que são conhecidos pelos mesmos.-----

-----Assim, a ANMP entende não estarem criadas as condições legais para o cumprimento do artigo 42º. da Lei nº. 73/2013, por omissão do Governo desde 3 de janeiro de 2014.-----

-----A ANMP considera ainda que o planeamento plurianual não poderá ter quaisquer consequências vinculativas para 2015, independentemente do carácter voluntário de qualquer exercício que os Municípios entendam desenvolver, no âmbito do respetivo processo de planeamento.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.2.-Acolhimento e integração de refugiados/levantamento das disponibilidades municipais:-----

-----Foi presente a circular referência 91/2015, datada de 8/10/2015 da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando que, no sentido de esclarecer dúvidas sobre o assunto em epígrafe, nesta fase estavam apenas a identificar disponibilidades locais para eventual acolhimento e integração de refugiados, não significando tal assunção de qualquer



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

compromisso, de acordo com o previsto no memorando de entendimento assinado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) que está disponível no sítio da ANMP:-----

-----Os protocolos a celebrar com os municípios para efeitos de acolhimento e integração, conforme o consignado na cláusula V do memorando de entendimento, acontecerão numa fase posterior e serão articulados entre cada município e o SEF, de acordo com o também previsto na clausula VII do mesmo memorando.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.3.-Protocolo entre a ANMP e a Fundação Calouste Gulbenkian:-----

-----Foi presente a comunicação enviada por correio eletrónico em 28/09/2015 pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, através da qual dá conhecimento que:- assinou, no passado dia 7 de setembro, um Protocolo com a Fundação Calouste Gulbenkian com vista à implementação do projeto Desafio – Gulbenkian “Não à Diabetes”.-----

-----A ANMP associou-se a esta iniciativa ciente da importância deste desafio para o rastreio, prevenção, diagnóstico e até educação no sentido de criação de hábitos mais saudáveis, com vista ao combate da Diabetes, considerada já como uma pandemia do século XXI.-----

-----Trata-se de um projeto que pretende, através de diversas iniciativas identificadas no anexo ao Protocolo, desenvolver programas conjuntos entre os municípios, unidades de saúde, instituições locais e população, integrados nas áreas da promoção da saúde, de estilos de vida saudáveis e de prevenção da diabetes.-----

-----A adesão ao protocolo deverá ser feita on-line na página na internet em www.anmp.pt.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.4.-Novo Sistema da Industria Responsável:-----

-----Foi presente a circular referência 9372015, de 13 de outubro da Associação Nacional de Municípios Portugueses através da qual remete uma comunicação do IAPMEI – Agência para



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

a Competitividade e Inovação, IP relativa à entrada em vigor do novo Sistema da Indústria Responsável (SIR) e as respetivas consequências ao nível do funcionamento do “Balcão do empreendedor”.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.5.-Município de Vila Nova de Poiares:-----

-----Foi presente o correio eletrónico recebido a 8/10/2015, do Município de Vila Nova de Poiares, através do qual remete a tomada de posição assumida por unanimidade pela Assembleia Municipal de Vila Nova de Poiares, em 28/09/2015, sobre “Futuro Traçado IP3 (Alternativa “-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-ESTABELECIMENTOS DE ENSINO – AEM:-----

5.1.1.-Apoio a atividades Extra-Curriculares da EB 2,3 e Secundário:-----

-----O Senhor Presidente propôs a atribuição de um subsídio no montante de mil e quinhentos euros (1.500,00 €) para apoiar a consecução das atividades até ao final do corrente ano que constam do Plano Anual de Atividades Extra – Curriculares do Agrupamento de Escolas.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio de mil e quinhentos euros (1.500,00 €).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa, que se encontra inscrita na Opções do Plano do corrente ano o apoio a atividades extra Curriculares da EB 2,3 e Secundário objetivo 01 EDUCAÇÃO E JUVENTUDE, Programa 002, Projeto 2015/5002 com um saldo de mil e quinhentos euros (1.500,00 €) e no orçamento na rubrica 04050108 com um saldo de vinte e nove mil e duzentos euros (29.200,00 €).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

5.2.-JUVENTUDE:-----

5.1.2.-Apoio Natalidade e Famílias:-----

5.1.2.1.-Ratificação de processos:-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foram presentes os processos de candidatura números 39 e 40 de 2015 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entrou nos serviços e que deferiu nos termos do número 1, do artigo 6.º do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

5.1.2.2.-Projeto de indeferimento de processo:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo 41/2015 apresentado por Kely Pereira da Costa, para atribuição do incentivo à Natalidade e Apoio à Família no Concelho de Mortágua nos termos do respetivo Regulamento, na qualidade de mãe de Santiago Costa Novo, nascido a 25/02/2014.-----

-----Após análise do processo verifica-se que o requerimento não cumpre o número 1, do artigo 5º. - Prazo para apresentação do pedido de atribuição do Incentivo, do Regulamento pelo facto de ter apresentado o mesmo fora do prazo, ou seja “O pedido de apresentação do Incentivo deve ocorrer nos seis meses após o nascimento ou adoção da criança”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, por unanimidade deliberou notificar o requerente do projeto de decisão de indeferimento do processo por não cumprir o número 1 do artigo 5º. - Prazo para apresentação do pedido de atribuição do Incentivo - do Regulamento pelo facto de ter apresentado o mesmo fora do prazo, devendo, se assim o entender, pronunciar-se por escrito, no prazo de dez (10) dias, nos termos do CPA sobre o mesmo.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

6.-CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-ASSOCIATIVISMO - Regulamento Municipal Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras:-----

6.1.1.-Atividades Culturais Desportivas Recreativas:-----

6.1.1.1.-Coral Juvenil Silvia Marques – Apoio deslocação a Espanha:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta datada de 5/10/2015, do Coral Juvenil Silvia Marques”, dando conhecimento que está a realizar um intercâmbio com o Coro Infantil e Juvenil de Siero Musical Pola – Espanha, que se deslocou a Mortágua no pretérito mês de Abril para participação no Encontro de Coros Juvenis .-----

-----Sendo agora o momento da deslocação do Coral Juvenil Silvia Marques a Pola de Siero, situado na vizinha Espanha na região das Astúrias a ter lugar nos dia 16 a 18 de outubro, o que representa uma despesa extra bastante significativa no seu orçamento (transporte e estadia) que no momento são inoportáveis para aquela coletividade pelo solicita o apoio do Município para fazer face à mesma.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir um subsídio de dois mil euros, a transferir mediante a celebração de Protocolo previsto no artigo 4º. do Regulamento de Apoio a Entidades Terceiras.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa, que se encontra inscrita na Opções do Plano do corrente ano o apoio a atividades das Associações no objetivo 02 CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES, Programa 003, Projeto 2015/5027 com um saldo de dezanove mil seiscentos e dez euros e setenta e nove euros (19.610,79 €) e no orçamento na rubrica 040701 com um saldo de noventa mil centos e onze euros e noventa e cinco centimos (90.111,95 €).-----

6.1.1.2.-Rancho Folclórico “Os Unidos” de Mortágua – Apoio a atividades:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente um ofício referência 35/2015, de 15/06/2015, do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Rancho Folclórico “Os Unidos” de Mortágua informando que vão realizar no próximo dia 26 de Julho o seu XXX Festival de Folclore que irá contar com a presença de grupos oriundos de diversos pontos do País, e solicitando ao apoio financeiro da autarquia para fazer face às despesas inerentes àquela organização.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio no montante quinhentos euros (500,00 €).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa, que se encontra inscrita na Opções do Plano do corrente ano o apoio a atividades das Associações no objetivo 02 CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES, Programa 003, Projeto 2015/5027 com um saldo de dezasseis mil seiscientos e dez euros e setenta e nove centimos (19.610,79 €) e no orçamento na rubrica 040701 com um saldo de noventa mil cento e onze euros e noventa e cinco centimos (90.111,95€).-----

-----Considerando que o valor do subsídio não é superior a mil euros (1.000,00 €) não está obrigado às formalidades do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, conforme dispõe o seu artigo 2º.-----

6.1.2.-Investimento das Associações Culturais, Desportivas e Recreativas:-----

6.1.2.1.-Rancho Folclórico “Os Camponeses” do Freixo – Apoio aquisição de trajés:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro a atividades, remetido pelo Rancho Folclórico “Os Camponeses” do Freixo para apoio a melhoramentos e substituição dos seus trajés, entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, estes devem ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Na verdade, esta entidade, têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

população.-----

-----Esta associação desempenha relevantes funções sociais, com impactos diretos para a economia do Concelho e para a população local, potenciando a afluência de visitantes, divulgação da cultura, preservação das tradições, a prática desportiva, entre outros.-----

-----Esta associação tem um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimentos local.-----

-----Assim, considerando que estão reunidas as condições para atribuição do presente subsídio, nos termos do disposto do art.º 4.º Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, mediante celebração de protocolo, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 3.000,00 € de para apoio ao melhoramento e substituição de trajés”.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Projeto 2015/5029 “Investimentos das Associações Culturais, Desportivas e Recreativas” dotado com financiamento definido de dezassete mil trezentos e quarenta e seis euros e onze centimos (17.346,11€) e de e tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 080701 *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de cento e sessenta e sete mil trezentos e quarenta e seis euros e onze centimos (167.346,11€).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade atribuir o subsídio de três mil euros (3.000,00 €) para investimento, mediante a celebração de Protocolo.-----

6.1.3.-Instituições Religiosas:-----

6.1.3.1.-Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Marmeleira – Apoio a obras de melhoramentos na Capela de Caparrosa:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente uma carta, datada de 12/06/2015, da Fábrica da Igreja da Freguesia de Marmeleira dando conhecimento da necessidade de procederem à execução de obras de construção de sanitários na Capela de Caparrosa, cujo orçamento ascende a três mil trezentos e setenta e nove euros e treze centimos (3.379,13€), conforme documento anexo,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

solicitando o apoio financeiro da autarquia para minimizar a despesas inerentes à sua realização.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio de setecentos e cinquenta euros (750,00 €).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção do compromisso, que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 080701, com um saldo de cento e sessenta e sete mil trezentos e quarenta e seis euros e onze centimos (167.346,11 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, programa 004 Apoio Instituições Religiosas, no projeto 2015/5030 com um saldo de noventa e nove mil euros (99.000,00 €).-----

-----Considerando que o valor do subsídio não é superior a mil euros (1.000,00 €) não está obrigado às formalidades do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, conforme dispõe o seu artº.2º..-----

6.2.-II GALA DO DESPORTO:-----

-----O Senhor Presidente deu conhecimento que no próximo dia 24 de outubro corrente irá realizar-se a II Gala do Desporto, que tem como objetivo destacar algumas personalidade ou equipas que se distinguiram na área do desporto nas mais variadas modalidades.-----

-----Os homenageados poderão ser pessoas residentes em Mortágua que representam coletividades fora, ou pessoas que representam coletividades do nosso concelho embora não residem no mesmo.-----

-----Para além destes casos poderão também ser distinguidas equipas ou coletividades do concelho.-----

-----Serão também destacadas algumas personalidades que ao longo da sua carreira ligada ao desporto, tiveram papel relevante na sua área.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a realização da ação.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

7.-ACÇÃO SOCIAL:-----

7.1.-MUNICÍPIO PRESENTE – Formulário de Candidatura:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para aprovação o Formulário, elaborado pelos serviços, de Candidatura aos apoios sociais previstos no Regulamento Municipal “Município Presente”.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade aprovar o formulário.

8.-HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:-----

8.1.-BAIRRO DE HABITAÇÃO SOCIAL DA GANDARADA:-----

8.1.1.-Pedido de rescisão do contrato de arrendamento do fogo de tipologia T2, Lote 9, 1º.Esq.:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta de Fernando Jorge Lopes Amaro, datada de 19/05/2015, na qualidade de titular do contrato de arrendamento de um T2, Piso 1, esq.º, Lote número 9, no Bairro de Habitação Social da Gandarada que lhe foi atribuído na sequência do concurso público efetuado para o efeito, a solicitar a rescisão do referido contrato de arrendamento a partir de 31 maio de 2015, considerando que vai emigrar.-----

-----Sobre o assunto foi exarada pela Técnica de Serviços Sociais do Município a seguinte informação que refere que tendo em consideração o pedido dirigido a esta Câmara Municipal registado a 19 de maio pelo arrendatário supra identificado e porque é seu entendimento que os fogos devolutos devem ser colocados a concurso no período que decorrem as obras de manutenção, impõe-se uma decisão sobre o pedido de denúncia a partir de 31 de Maio para além da renda vencida a partir daquela data e cujo valor aferido pelos serviços administrativos é de trezentos e trinta e um euros e dez cêntimos (331,10 €).-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a rescisão do contrato, com efeito a partir de 31 de maio, prescindindo do aviso prévio de 120 dias estabelecido na Lei, considerando que



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

os serviços do Município já procederam à verificação das condições em que se encontrava o fogo.-----

8.1.2.-Pedido de rescisão do contrato de arrendamento do fogo de tipologia T3, Lote 10, Fração D, 1º.Esq.:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta de, datada de 16/09/2015, de Alberto Martins Manaia na qualidade de titular do contrato de arrendamento de um T3, Piso 1, esq.º, Lote número 10 no Bairro de Habitação Social da Gandarada que lhe foi atribuído na sequência do concurso público efetuado para o efeito, a solicitar a rescisão do referido contrato de arrendamento a partir de 1 outubro corrente, em virtude de ter construído habitação própria.

-----Sobre o assunto foi exarada pela Técnica de Serviços Sociais do Município dando conhecimento foram verificadas as condições em que se encontra o fogo, podendo ser aceite a entrega do mesmo, embora se registre a necessidade de pequenas obras de manutenção.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a rescisão o contrato, com efeito a partir de 1 de outubro, prescindindo do aviso prévio de 120 dias estabelecido na Lei, considerando que os serviços do Município já procederam à verificação das condições em que se encontrava o fogo.-----

8.1.3.-Pedido de rescisão do contrato de arrendamento do fogo de tipologia T2, Lote 9, R/Ch.:-----

-----No seguimento da reunião de Câmara de 07/10/2015 pelo Senhor Presidente foi novamente presente carta de Maria Assunção Marques Oliveira, datada de 18/09/2015, na qualidade de titular o do contrato de arrendamento de um T2, lote 9, Piso 1, Esq.. no Bairro de Habitação Social da Gandarada que lhe foi atribuído na sequência do concurso público efetuado para o efeito, a solicitar a denúncia do referido contrato de arrendamento a partir de 15 de outubro acompanhada da informação da Técnica dos Serviços Sociais do Município dando conhecimento foram verificadas as condições em que se encontra o fogo, podendo ser



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

aceite a entrega do mesmo, embora se registre a necessidade de pequenas obras de manutenção.

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

8.1.4.-Transferência de fogo de Tipologia T2 para T3:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação da Técnica dos Serviços Sociais do Município datada de 16/10/2015, propondo a transferência do agregado Familiar de Sónia Alexandra de Jesus Martins Correia Martins do fogo de tipologia T2, lote 2, 2º. Esq. Fração para o fogo vago de tipologia T3, sito no lote 10, 1º. Esqº., na sequência do pedido de rescisão do contrato de arrendamento de Alberto Martins Manaia, considerando mais adequado às necessidades daquele agregado familiar, composto por dois filhos de sexo diferente.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a transferência proposta de acordo com a informação dos Serviços Sociais.-----

9.- DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

9.1.- ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL:-----

9.1.1.-Associação Comercial e Industrial da Bairrada e Agueira – Parceria de colaboração na ação “Sorteio – Tômbola de Natal 2015”:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 2015/DAF/0025, de 15/09/2013 da Associação Comercial e Industrial da Bairrada e Agueira – ACIBA, informando que tendo como referência o sucesso alcançado no transato pretende realiza a ação - Sorteio – tômbola de natal, durante o mês de dezembro, dirigida a todos os estabelecimentos comerciais do Concelho de Mortágua que queiram participar;-----

-----Para tornar viável e possível a realização daquele evento solicita a inestimável colaboração, no contacto direto com os comerciantes, para além de apoio para os prémios e material de divulgação do evento que, atentas as edições dos anos anteriores estima em dois mil e quinhentos euros (2.500,00 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por maioria, com cinco votos a favor,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

sendo quatro do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e um da Vereadora eleita pelo PS, e duas abstenções dos Vereadores eleitos pelo PS, Dr. Acácio Fonseca Fernandes, Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca atribuir um apoio de dois mil euros.-----

-----Mais foi deliberado que a participação dos comerciantes neste processo não acarreta para os mesmos qualquer encargo.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção do compromisso, que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701, com um saldo de oitenta e dois mil seiscientos e onze euros e noventa e cinco cêntimos (82.611,95 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 08-Desenvolvimento Económico, Programa 001-Desenvolvimento do Turismo, projeto 2015/5050-Turismo Desporto e Natureza, Ação 4- Apoio Iniciativas de Outras Instituições com um saldo de onze mil e quinhentos euros (1.500,00 €).-----

9.2.-APOIO E PROMOÇÃO DA INICIATIVA EMPRESARIAL:-----

9.2.1.-Expansão do Grupo FHC – Aquisição de imóvel no Parque Industrial Manuel Lourenço:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta, datada de 16/07/2015, da Empresa Mármore Central de Vale de Açores, instalada no lote 3 do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, a informar que foram desenvolvidas negociações com o Grupo FHC, manifestando estes interesse na aquisição das suas instalações, de forma a otimizar os seus serviços, considerando a sua proximidade da sede das suas instalações já la existentes.-----

-----Considerando o pressuposto no contrato de cedência do lote, a sua transmissão, carece de autorização prévia da Câmara Municipal, pelo que solicita que lhe seja concedida a transmissão do lote 3, ao Grupo FHC, correspondendo assim ao interesse de ambas as empresas.-----

-----Contudo querem dar continuidade ao seu ramo de negócio e preferencialmente em



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Mortágua, Concelho que sempre a acolheu com cordialidade e dignidade, de forma a poder garantir os 7 postos de trabalho existentes, ou se possível a criação de mais postos de trabalho, agora com esta nova oportunidade, de forma adequada à atual realidade do mercado e da empresa Mármore Central de Vale de Acores.-----

-----Para tal aproveita para solicitar a disponibilidade para a cedência de um lote mais pequeno, com cerca de 3.000 m², com boa localização, onde possa construir uma nova empresa de forma mais moderna e adaptada às atuais realidades e assim continuar a privilegiar Mortágua e a expansão do seu negócio-----

-----Foi também presente carta datada de 07/10/2015 da Empresa Actrádia S.A instalada no Lote 2 do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, em Mortágua, e que integra o Grupo FHC – Farmaceutica, e que se dedica à gestão do património imobiliário das empresas relacionadas, em que informar que:-----

-----O Grupo FHC é constituído por um conjunto de empresas com reconhecida experiência nas áreas de Industria Farmacêutica (através das empresas Laboratórios BASI – Industria Farmacêutica e Parcelsia) Distribuição e Logística (através das empresas FHC Farmacêutica Overpharma e Empifarma) e Consultadoria e Serviços, (através da Phagecon e Zeone Informática).-----

-----O Grupo FHC, a partir da sede das suas empresas, maioritariamente localizadas no Município de Mortágua mantém relações comerciais ativas em mais de 20 países e em quatro continentes, com especial enfoque nos mercados Europeu, África lusófona, América do Sul e Central e Ásia.-----

-----O grupo gera uma faturação anual de aproximadamente cento e sessenta milhão de euros (€160 M) e emprega mais de trezentos (300) colaboradores, dos quais 50% têm formação superior.-----

-----As exportações representam cerca de 45% do volume total de faturação.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A atividade do grupo FHC representa assim, um caso exemplar de sucesso dos investimentos realizados no município de Mortágua, demonstrando, por via dos resultado, o posicionamento estratégico desta região em termos de disponibilidade de recursos e acessibilidade, beneficiando o corredor logístico entre a Espanha e a A1 e da proximidade com polos de excelência no conhecimento, constituídos pelas Instituições de ensino dos Distritos de Coimbra, Viseu e Aveiro. -----

----A estratégia do grupo FHC no Município está alicerçada na consolidação e crescimento, beneficiando das infraestruturas já criadas e do potencial humano que o integra.-----

-----Nesse sentido, têm decorrido os trabalhos preparatórios da instalação de uma nova unidade industrial no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira que, pelas suas características e dimensão será gerador de novas necessidades, não só de mão de obra qualificada, mas também de capacidade de armazenamento, distribuição e logística.-----

-----As áreas do grupo hoje dedicadas à Distribuição e logística estão confinadas aos armazéns denominados UL1, UL2, UL3, nos lotes 02, 10 e 16 do Parque Industrial.-----

-----A previsão de crescimento do volume de exportações apontam, por isso, a médio prazo para a necessidade de ampliação da sua área de operação logística, que permita dar resposta adequada ao crescente fluxo rodoviário gerado e à sua capacidade de aviamento e libertação de cargas.-----

-----A redefinição e ampliação do layout da área de operação logística tornou-se uma necessidade premente, o que motivou a procura ativa de alternativas urbanísticas que permitam, num futuro próximo, a expansão da sua capacidade.-----

-----No âmbito da sua atividade a Actrádia SA identificou a oportunidade de aquisição do imóvel constituído pelo Lote 3 do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, em Mortágua que, pelas suas características e localização, se enquadra na estratégia de crescimento e ampliação da atividade do grupo FHC.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A venda do imóvel pela atual proprietária – Mármore Central de Vale de Acores, configura igualmente uma viável para esta empresa, que procura redefinir a sua localização e modernizar as suas instalações e equipamentos.-----

-----As empresas entraram já em negociações prévias para a transação do imóvel que ora se submete à apreciação e aprovação do Executivo Municipal, tendo alcançado um entendimento global quanto aos aspetos essenciais do negócio, nomeadamente, preço e prazo de pagamento.-----

-----A transação permitirá, por um lado satisfazer as necessidades de ampliação da área de operação logística do grupo FHC e, por outro lado, dotará a empresa Mármore Central de Vale de Acores, Lda. dos capitais necessários ao reinvestimento e requalificação da sua própria atividade.-----

-----A aquisição ora proposta permitirá ainda a requalificação das atividades exercidas no Parque Industrial, centrando-se igualmente em atividades económicas geradoras de elevado valor agregado permitindo igualmente captar e fixar no município de Mortágua mão de obra altamente qualificada.-----

-----A centralização de todas as empresas do Grupo FHC no município de Mortágua está integrada numa estratégia de consolidação da região como referência empresarial na área em que atua, com capacidade para captar novos investimentos em áreas de suporte à atividade farmacêutica, gerando novas oportunidades e auxiliando na promoção do desenvolvimento económico e social do Município.-----

-----Embora a diversificação das áreas de negócio seja um princípio inerente à criação dos Parques Industriais, é igualmente certo que estes devem potenciar toda a capacidade de geração de valor criado pelas sinergias que possam ser estabelecidas entre as várias empresas que o integram.-----

-----Neste sentido, a concentração de todas as áreas de negócio do grupo FHC no Parque



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Industrial de Mortágua, não só potencia essas sinergias, como é fator crítico do seu sucesso.---

-----De facto, as limitações ao nível das possibilidades de expansão e a consequente necessidade de dispersão da atividade do grupo, foram hipóteses equacionadas anteriormente, constituindo um efetivo constrangimento ao investimento que, com a presente operação poderá considerar-se definitivamente ultrapassado.-----

-----Assim a Actrádia S.A no âmbito da gestão do património imobiliário do grupo FHC Farmcêutica requer de acordo com o artº. 8º. Do Regulamento do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, a autorização e renúncia da Camara Municipal ao exercício do direito de preferência para aquisição do prédio urbano constituído pelo imóvel com a área total de 4.700m2, localizado no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, lote 3, em Mortágua, inscrito na matriz predial urbana da União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígo, Cortegaça e Almagea so o número 2608 e descrito na Conservatório do Registo Predial de Mortágua sob o registo 601.-----

-----Embora seja feita referência à necessidade de aquisição do lote em causa em vista da satisfação de necessidades de ampliação da área de operação logística de Grupo FHC esta indicada atividade não pode ser vista em si, mas no contexto da atividade industrial (industria farmacêutica) em que operam as diversas empresas do Grupo onde se inclui a própria requerente, instaladas e em laboração em diversos lotes no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, pelo que entende esta Câmara Municipal que a autorização requerida não contende com o disposto no artigo 3º. do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira e nesse pressuposto e nos termos do artigo 8º. do referido Regulamento autorizar o negócio pretendido.-----

-----Mais foi deliberado por unanimidade informar a empresa Mármore Central de Vale de Acores da intenção do Município ceder um novo lote na área de expansão do Parque Industrial assim que estejam reunidas condições para o efeito.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

9.3.-DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – Turismo, Desporto e Natureza:-----

9.3.1. VI Fim de Semana da Lampantana:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente as Normas de Procedimento da Organização e Realização do Fim de Semana da Lampantana a realizar nos dias 30 de outubro a 1 de novembro, e no qual podem participar todos os estabelecimentos de restauração do Concelho que normalmente incluem Lampantana na ementa.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar as Normas de Procedimento da Organização e Realização do Fim de Semana da Lampantana.-----

9.3.2.- Projeto Life Natureza e Biodiversidade:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente, nos termos do número 3, do artigo 35º. da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, a declaração de parceria subscrita pelo Município de Mortágua em 24/09/2015 à candidatura do Projeto Life Natureza e Biodiversidade apresentada pela entidade Promotora Fundação Mata do Buçaco, IP.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade ratificar a parceria.-----

10.-COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES:-----

10.1.-VIAÇÃO RURAL:-----

10.1.-Empreitada de Vias de acesso a Santa Cristina: Beneficiação da EM Ribeira a Santa Cristina e abertura e pavimentação da EM Santa Cristina a Vila Boa – Revisão de preços :-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte informação dos serviços administrativos desta Câmara Municipal sobre a Empreitada de Vias de acesso a Santa Cristina: Beneficiação da EM Ribeira a Santa Cristina e abertura e pavimentação da EM Santa Cristina a Vila Boa – Revisão de preços, adjudicada à empresa Sociasfaltos, Lda.-----

-----“ Objeto: A presente empreitada foi adjudicada em deliberação de Reunião de Câmara de 03/07/2013 pelo valor de 208.186,92 €, acrescido de IVA a 6%. O auto de consignação foi



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

assinado em 24/07/2013, tendo a adjudicatária da empreitada se comprometido executar os trabalhos em 120 dias, contados da data da consignação, tal como refere o contrato da empreitada assinado em 15/07/2013.-----

-----No decurso da obra, constatou-se que era necessário a execução de trabalho a mais de natureza contratual e de natureza imprevista no respetivo contrato, motivados pela necessidade de uma intervenção no leito da Ribeira de Santa Cristina e proteção das suas margens tendo resultado em 9.262,60 € (natureza contratual), 43.655,16 (trabalhos a mais imprevistos no contrato) e existindo ainda 1.852,22€ de trabalhos a menos, (não executados). Todos estes trabalhos foram aprovados e deliberados em Reunião de Câmara de 01/10/2014), tendo sido o empreiteiro notificado no sentido de executar esse trabalhos no prazo de 30 dias, contados a partir da notificação.-----

-----Enquadramento Legal:-----

-----Refere o artº. 6º. do decreto-lei nº. 6/2004 que as cláusula da revisão de preços poderão estabelecer que esta se efectue mediante a adaptação de uma formula polinomial à estrutura de custos e á natureza e volume de trabalhos.-----

-----No caso concreto, e de acordo com a 29ª. cláusula do caderno de encargos a revisão de preços obedece à fórmula identificada como F10 – estradas. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos, tal como prevê o caderno de encargos.-----

-----A Revisão de Preços calculada pela aplicação do Sistema de Controlo de Empreitadas, discrimina os coeficientes por material e mão de obra à data em concreto.-----

-----No presente caso a revisão de trabalhos de natureza prevista é de 1.525,53 € e de 219,12 € referente a natureza imprevista , totalizando o valor a pagar pelo empreiteiro no montante de 1.849,33 €, já com IVA a 6% incluído, tal como demonstra o documento em anexo.-----

-----O pagamento deve ser efetuado no prazo máximo de 44 dias.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Proposta: Submeter o presente cálculo provisório de revisão de preços à Reunião de Câmara para aprovação e em seguida proceder-se ao cálculo definitivo, notificando-se o empreiteiro a efetuar o referido pagamento”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar o cálculo de Revisão de Preços.-----

11.-ADMINISTRAÇÃO:-----

11.1.-DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2016 (ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO):-----

-----O Senhor Presidente apresentou o documento de trabalho dos Documentos Previsionais para 2016 (Orçamento e Opções do Plano) solicitando aos restantes membros do Executivo a apresentação de sugestões sobre o mesmo e que pretendessem ver vertidas na Proposta final dos mesmos a serem apreciados em reunião de câmara e a realizar até 31/10/2015, por forma a dar cumprimento ao preceituado no número 1 do artigo 45º. da Lei nº.73/013, de 3 de setembro. -----

-----Assim o Senhor Presidente informou que era necessário realizar-se uma reunião de Câmara extraordinária no próximo dia 29 de outubro corrente, pelas catorze horas a com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE 2016 A SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS OPÇÕES DO PLANO DE 2016 A SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2016.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a realização da reunião extraordinária, ficando os membros presentes dispensados de qualquer outra forma de convocatória.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

11.2.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO PARA 2016:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, conjugado com a alínea d) do número do 1 do 33º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

-----Anulação de financiamento não definido – dois mil euros (2.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano a Câmara deliberou por unanimidade, aprová-la ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----

11.3.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2015:-----

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com a alínea d) do número 1 do artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 setembro, a proposta modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas de capital – dois mil euros (2.000,00 €).-----

-----Anulação despesas de correntes – vinte e cinco mil e setecentos euros (25.700,00 €);-----

-----Reforço despesas correntes – vinte e três mil e setecentos euros (23.700,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----

11.4.-INICIO DE PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM DE MORTÁGUA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Com a entrada em vigor a oito de abril de dois mil e quinze, do novo Código



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Procedimento Administrativo (CPA, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 4/2015, de sete de janeiro, este diploma estabelece relativamente ao procedimento do regulamento administrativo, que se deva dar publicitação do início do procedimento, à constituição como interessados e à apresentação de contributos na elaboração de um Projeto de que se queira fazer aprovar pelos órgãos competentes do município, in casu, o Projeto Regulamento Municipal Orçamento Participativo Jovem de Mortágua.-----

-----Nesta conformidade, o nº. 1, do artigo 98º. do CPA, consagra que o início do procedimento é publicitado na Internet, no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.-----

-----Assim propõe-se que ao abrigo do disposto no nº. 1, do artigo 98º. do CPA e no âmbito da competência prevista na alínea k) do nº. 1 do artigo 33º. do Anexo I à Lei nº.75/2013, de doze de setembro, delibere:-----

-----1.--Dar início ao procedimento de elaboração do Projeto de Regulamento Municipal Orçamento Participativo Jovem de Mortágua que visa potenciar os valores da democracia, incentivando os jovens à participação na gestão pública local.-----

-----2.--Que a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento se processe por meio de requerimento, a dirigir ao Presidente da Câmara, identificando devidamente o requerente e o procedimento.-----

-----3.--Que se proceda à publicitação no sítio da internet do Município www.cm-mortagua.pt, do início do procedimento nos moldes previstos no artigo 98º. do CPA".-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

11.5.-INICIO DE PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Com a entrada em vigor a oito de abril de dois mil e quinze, do novo Código Procedimento Administrativo (CPA, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 4/2015, de sete de janeiro, este diploma estabelece relativamente ao procedimento do regulamento administrativo, que se deva dar publicitação do início do procedimento, à constituição como interessados e à apresentação de contributos na elaboração de um Projeto de Regulamento que se queira fazer aprovar pelos órgãos competentes do município, in casu, o Projeto Alteração de Regulamento de Atribuição de Medalhas .-----

-----Nesta conformidade, o nº. 1, do artigo 98º. do CPA, consagra que o início do procedimento é publicitado na Internet, no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.-----

-----Assim propõe-se que ao abrigo do disposto no nº. 1, do artigo 98º. do CPA e no âmbito da competência prevista na alínea k) do nº. 1 do artigo 33º. do Anexo I à Lei nº.75/2013, de doze de setembro, delibere:-----

-----1.--Dar início ao procedimento de elaboração do Projeto de Alteração do Regulamento de que dispõe como objeto a atribuição de Medalhas Municipais a indivíduos, entidades, coletividades e trabalhadores municipais que sejam merecedores da respetiva distinção.-----

-----2.--Que a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento se processe por meio de requerimento, a dirigir ao Presidente da Câmara, identificando devidamente o requerente e o procedimento.-----

-----3.--Que se proceda à publicitação no sítio da internet do Município www.cm-mortagua.pt,-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

do início do procedimento nos moldes previstos no artigo 98º. do CPA".-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

11.6.-ALMOÇO CONVÍVIO DE NATAL DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO:

-----O Senhor Presidente propôs que à semelhança do que vem acontecendo nos anos transatos, se realizasse um almoço convívio de Natal, no dia de 19 de dezembro próximo, para todo o pessoal desta Autarquia e seus familiares (cônjuges e filhos a cargo) e que o convite fosse extensivo aos Executivos das Juntas de Freguesia.-----

-----Mais propôs que fossem atribuídas prendas aos filhos até 12 anos de idade e que também fosse adquirida uma garrafa de vinho da região para ofertar a cada família.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

-----O Senhor Presidente irá no uso das competências próprias desencadear os respetivos processos de fornecimentos e de prestação de serviço necessários, de acordo com a alínea a), do número 1 do artigo 20º. do Código dos Contratos Públicos.-----

11.7.-PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR COM A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MORTÁGUA PARA A CEDÊNCIA DE UM PROFESSOR DO 1º. CEB PARA A AEC DE EXPRESSÃO MUSICAL:-----

-----O Senhor Presidente informou que no âmbito da candidatura aprovada ao programa das Atividades de Enriquecimento Curricular aos alunos do 1º. CEB compete ao Município disponibilizar os professores necessários ao seu desenvolvimento.-----

-----Considerando que um Professor Expressão Musical do mapa de pessoal Município, em contrato a termo indeterminado, entrou em licença parental foi solicitado através do ofício referência DAGF/4782, de 14/10/2015, à Santa Casa da Misericórdia de Mortágua que informa-se da disponibilidade de cedência do Técnico dos seus serviços com licenciatura de Professor do 1º. CEB, cuja formação permite ministrar Expressão Musical, mediante a



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

comparticipação de 10,58 €/hora, e para o horário semanal de 18 horas, incluindo o desenvolvimento daquela atividade ao Ensino Pré-Escolar.-----

-----Assim, a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua veio através do seu ofício referência 177/2015, de 16/10/2015, manifestar a sua disponibilidade na cedência o referido Técnico, que exerce funções no Centro de Atividades de Tempos Livres, mediante a comparticipação de dez euros e cinquenta e oito cêntimos (10,58 €), por hora, e para o horário semanal de dezoito (18) horas.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a substituição do Professor da referida AEC pelo Técnico da Santa Casa da Misericórdia nas condições referidas.-----

-----Mais foi deliberado por unanimidade considerar como Protocolo de Cooperação a troca de correspondência entre as partes.-----

11.8.-PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL MAIS CENTRO – APROVAÇÃO DE CANDIDATURA “BENEFICIAÇÃO DE LIGAÇÕES INTERMUNICIPAIS MORTÁGUA – CONCELHOS DE TONDELA, PENACOVA, ÁGUEDA E ANADIA:--

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência maiscentro 1567/2015, de 1/10/2015, do MAIS CENTRO – Programa Operacional Regional do Centro, através do qual informa que nos termos da alínea c) do nº. 1 do artigo 49º. do Decreto-Lei número 312/07, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Dec.Lei número 74/2008, de 22 de abril, a Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro, em reunião de 25/09/2015, deliberou aprovar a candidatura MOU-2015 – 31-042-5955 de Beneficiação de Ligações Intermunicipais Mortágua Tondela, Penacova, Águeda e Anadia, Regulamento “Mobilidade Territorial”, em regime de aprovação condicionada em overbooking, remetendo para o efeito o respetivo contrato de financiamento, sendo o montante máximo de apoio, taxa de comparticipação, investimento total e investimento elegível de:-----

-----Investimento Total – quatrocentos e sessenta mil seiscientos e setenta e um euros e vinte e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

três cêntimos (460.671,23 €).-----

-----Investimento Elegível – cento e noventa e dois mil seiscientos e noventa e oito euros e onze cêntimos (192.698,11 €).-----

-----Comparticipação – cento e sessenta e três mil setecentos e noventa e três euros e trinta e nove cêntimos (163.793,39 €).-----

-----Taxa: 85%.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

12.9.-ACORDO COLETIVO DE EMPREGADOR PÚBLICO (ACEP):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a circular referência 92/2015, datada de 08/10/2015, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, informando que em devido tempo deram conhecimento aos municípios da posição do Conselho Diretivo sobre o assunto em epígrafe e das reuniões havidas com os Secretários de Estado da Administração Pública e da Administração Local, tendo então considerado inaceitáveis as condições impostas pelo Governo pelo Governo para a viabilização dos Acordos coletivos de Entidade Empregadora Pública (ACEEP), no que respeita ao limite máximo do período normal de trabalho.-----

-----O Tribunal Constitucional veio agora dar razão à argumentação então aduzida, através do Acórdão 494/2015, de 7 de outubro, no qual é declarada a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas que conferem aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração pública legitimidade para celebrar acordos coletivos de empregador público, no âmbito da administração autárquica, resultante do artigo 364º. nº.3 alínea b), e do nº. 6 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, por violação do princípio da autonomia local.-----

-----Reconhece-se assim, a autonomia das autarquias locais, assegurando-se o princípio da autonomia local na contratação coletiva.-----

-----Sobre o assunto foi também presente o correio eletrónico do STAL – Sindicato Nacional



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins também a manifestar o seu regozijo à publicação do Acórdão.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

12.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

12.1.-REQº. Nº. 04/2015/41, DE EMISSÃO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA EM COMO O PRÉDIO RÚSTICO INSCRITO SOB O ARTIGO 4380 DA MATRIZ DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGO, CORTEGAÇA E ALMAÇA, FOI ATRAVESSADO POR ESTRADA MUNICIPAL:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 04/2015/41, requerimento número 04/2015/699, de Maria José Lourenço, na qualidade de Cabeça de Casal por Óbito da herança de António Lourenço, residente na Rua Infante D. Henrique, nº.28, em Vale de Acores, Mortágua, a requerer a emissão de certidão comprovativa em como o prédio urbano inscrito na matriz da União de Freguesias de Mortágua, Vale de remígio, Cortegaça e Almaça sob o artigo 4380, sito na Rua Dr. João Pais Carvalho Mamede, em Vale de Acores, Mortágua, foi atravessado pela Estrada Municipal Vale de Acores/ Caparrosinha, ocupando uma área de 180 m2, conforme planta que anexa, dando origem a duas parcelas distintas parcela A com a área de 600 m2 e parcela B com a área de 980 m2. -----

-----A Câmara, considerando o parecer técnico do Chefe da DPAT, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----

12.2.-PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE E AMPLIAÇÃO DE COMPARTES:-----

12.2.1.-Processos de Isabel Gomes Ferreira Nunes:-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes os processos:-----

-----a) Número 10.2015/56, de Isabel Gomes Ferreira Nunes, na qualidade de cabeça de casal da herança por óbito de Manuel Ferreira, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Freguesia de Sobral com o artigo 4364 no local denominado “Ervedeira”, sito em Sobral, Freguesia de Sobral a com a área de 1,50000 ha e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Isabel Gomes Ferreira Nunes e Bernardina Gomes Ferreira Diogo.-----

-----b) Número 10.2015/57, de Isabel Gomes Ferreira Nunes, na qualidade de cabeça de casal da herança por óbito de Manuel Ferreira, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Sobral com o artigo 5303 no local denominado “Valeiro da Eira”, sito em Sobral, Freguesia de Sobral a com a área de 4,400000 ha e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Isabel Gomes Ferreira Nunes e Bernardina Gomes Ferreira Diogo.-----

-----c) Número 10.2015/58, de Isabel Gomes Ferreira Nunes, na qualidade de cabeça de casal da herança por óbito de Manuel Ferreira, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Sobral com o artigo 5034 no local denominado “Seixal”, sito em Sobral, Freguesia de Sobral a com a área de 0,18000 ha e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Isabel Gomes Ferreira Nunes e Bernardina Gomes Ferreira Diogo.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e o parecer técnico constante no processo, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

12.2.2.-Processo de Maria de Lourdes Marques Pinto:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 10.2015/54, de Maria de Lurdes Marques Pinto, na qualidade de cabeça de casal da herança por óbito de José Dias, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Sobral com o artigo 7816 no local denominado "Campo Alvo", sito em Sobral, Freguesia de Sobral a com a área de 0,140000 ha e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de doação a favor de seus filhos Cláudia Sofia Marques Pinto, Sandy Marques Pinto e Mike Marques Pinto na proporção de 1/3 para cada um.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e o parecer técnico constante no processo, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----Não se registou a presença de qualquer Munícipe.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezoito horas e trinta minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Ricardo Pardo

Secretário do Órgão

e pelo Senhor Presidente.-----